

O Século XXI e o Capitalismo

André Morato Dias Cardeal*

Resumo:

Ao adentrar o novo século o capitalismo permanece mergulhado em uma crise aguda, onde as respostas dadas pelo imperialismo vão se tornando cada vez mais violentas. Destacam-se neste contexto de um lado, a ocupação “injustificada” do Iraque, as sucessivas tentativas de golpe de Estado promovidas na Venezuela e a ocupação do Haiti; e de outro, as pressões crescentes, que se mostram cada vez mais destrutivas, exercidas pelos organismos multilaterais em prol da desregulamentação das economias, atacando além dos trabalhadores, os próprios Estados Nacionais. Através de um importante marco teórico, o marxismo (que entende-se deter a maior capacidade de compreensão e explicação da realidade), propõe-se discutir a importância da economia mundial, o imperialismo e a forma que este assume na atual conjuntura, as relações internacionais e a determinação da dependência. A partir desta análise pretende-se tirar algumas conclusões a respeito da atual dinâmica capitalista e da natureza de propostas como a ALCA.

I – Introdução

Durante as últimas décadas, principalmente a partir da década de 1980, o mundo passa por uma onda de desregulamentação dos mercados e abertura financeira crescente. Retorna à pauta das negociações internacionais o velho discurso do livre-comércio, e com ele toda a justificativa de que a liberdade dos mercados é o caminho mais curto para a resolução das contradições e para a prosperidade global.

É com o fim da era de ouro do capitalismo, a partir da verificação de altas taxas de desemprego na Europa e nos Estados Unidos, e principalmente devido à queda da taxa geral de lucro da economia, confirmando a constatação de uma prolongada trajetória de estagnação e instabilidade à qual se agregam elementos recessivos de longa duração¹, que ganha força um tipo de pensamento, que fica conhecido como “neoliberal”. A resposta do sistema capitalista para a crise global é uma ofensiva sobre os trabalhadores e sobre as economias ditas subdesenvolvidas.

As últimas três décadas vem sendo marcadas de um lado, por uma ofensiva contra o trabalho na tentativa de recompor a lucratividade do sistema, o que se mostra claramente pelas perdas salariais crescentes, ofensivas contra os sindicatos e tentativas de desregulamentação das legislações trabalhistas e previdenciárias, comuns tanto para os países desenvolvidos como para os subdesenvolvidos. De outro lado, prolifera o discurso de auto-regulação dos mercados, sendo propagada a abertura completa das economias, a livre movimentação dos capitais e retirada dos Estados Nacionais da intervenção direta na economia, seja no setor produtivo, seja no oferecimento de serviços essenciais como saúde e educação públicas. A partir daí, o discurso em voga é o que responsabiliza os Estados Nacionais, e suas legislações “protetoras dos trabalhadores” e de suas economias domésticas, pela crise geral do sistema capitalista.

* Mestrando em Economia pelo IE-UFU. andre_morato@yahoo.com.br

¹ Para isso ver BALANCO *et alli*, 2004:07.

Neste contexto se configura a pressão imperialista para a criação de blocos internacionais. É daí que surge o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), já em vigor, que vem se mostrando uma verdadeira anexação do México pelos Estados Unidos. Também por iniciativa dos Estados Unidos que está sendo negociada, desde 1994, a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que seria uma extensão para todo o continente americano, excetuando-se Cuba, de um acordo muito similar ao NAFTA². Estes acordos de livre-comércio são propostos como a salvação para as economias periféricas, enquanto na verdade são importantes para a manutenção desta condição dependente que elas ocupam e para o reforço da hegemonia dos países imperialistas, em especial os Estados Unidos.

O que se verifica, reforçando este quadro, é que este receituário foi tão mais danoso para as economias, quanto mais ele foi aprofundado. Países como Brasil e Argentina, que seguiram fielmente as recomendações dos organismos multilaterais³, amargaram franca crise econômica juntamente com a falência de boa parte de seus parques industriais e crescimento gigantesco de suas dívidas. Isso ao passo que as próprias economias centrais, proponentes destas medidas são as primeiras a contrariá-las.

A proposta deste trabalho é analisar a economia capitalista com vistas a compreender o seu funcionamento no que diz respeito a sua dinâmica enquanto economia mundial. Ou seja, entender qual é a função do “mercado mundial” neste sistema integrado, atentando-se para a necessidade das economias periféricas para os países centrais. O marxismo é retomado, como o marco teórico que entende-se deter a maior capacidade de compreensão e explicação da realidade. Propõe-se então, discutir a importância da economia mundial, o próprio conceito de imperialismo e a forma que este assume na atual conjuntura, as relações internacionais e a determinação da dependência, para que se possa tirar algumas conclusões a respeito da atual dinâmica capitalista e da natureza de propostas como as da ALCA.

II - Economia mundial, comércio exterior e exportação de capitais

“(...) a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial. É unicamente desta maneira que a formação desse mercado mundial pode ser entendida como o produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista – e não ser confundido com o mercado mundial criado pelo capital mercantil, que foi uma condição prévia para esse modo de produção capitalista – e como uma combinação de economias e nações capitalisticamente desenvolvidas e capitalisticamente subdesenvolvidas num sistema multilateralmente autocondicionante” (MANDEL, 1982:32).

² Para uma análise da proposta da ALCA e de suas relações como o NAFTA ver: VALENTINI, 2002; BATISTA JR, 2003; BENJAMIN, 2004 dentre outros.

³ Principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BIRD).

Propõe-se abordar um tema de extrema importância para a análise do modo de produção capitalista: o mercado mundial e alguns de seus desdobramentos, tais como o comércio mundial e o investimento mundial⁴. Estas discussões são ainda mais importantes no contexto de uma economia capitalista em um estágio de desenvolvimento tal qual foi definido por Lênin como o do Imperialismo⁵, termo que ganha crescente atualidade, por mostrar mais explicitamente as suas características e contradições, inclusive de forma mais clara do que quando foi cunhado enquanto tendência por Lênin. Pode-se também entendê-lo como é caracterizado por Daniel Gluckstein – enquanto “Imperialismo Senil”. Estas duas definições acerca do imperialismo são complementares, entretanto, devem ser diferenciadas pelo contexto na qual se inserem. Enquanto Lênin escreve no início do século XX, quando a predominância do capital financeiro estava ainda se consolidando, Gluckstein escreve já no final daquele século, momento no qual as contradições próprias do capitalismo já se manifestavam de forma bem mais acentuada. O que este autor propõe, é que aquelas tendências já anunciadas por Lênin continuam válidas e se apresentam sob uma roupagem ainda mais perversa, na forma que denominou de “Imperialismo Senil”⁶.

Ao se tomar que a produção capitalista tem como base o valor e o desenvolvimento do trabalho materializado em um produto, e sua transformação em trabalho social; e que o comércio exterior como a ampliação do mercado para se tornar mercado mundial, como aquele que converte dinheiro em dinheiro mundial, trabalho abstrato em trabalho social; tornam-se indispensáveis o comércio exterior e o mercado mundial, fatores estes que são, portanto, condição e resultado da produção capitalista⁷. Grossmann mostra que muito longe de ser uma simples característica de nossos tempos, as relações inter-países, são uma característica intrínseca ao próprio modo de produção capitalista, operando enquanto desdobramento próprio de seu desenvolvimento.

Ao discutir a economia mundial e a internacionalização do capital, Romo (1988: 372) aponta a existência de uma dupla tendência: *“El capital está inclinado a combinar la expansión*

⁴ “La producción capitalista no puede existir, en modo alguno, sin comercio exterior” (MARX, In: GROSSMANN, 1979:269)

⁵ “Como regra geral, o que é próprio do capitalismo é separar a propriedade do capital da sua utilização na produção; separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo; separar aquele que vive apenas dos rendimentos obtidos do capital-dinheiro, não só do industrial, como de todos aqueles que participam diretamente na gestão dos capitais. O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiros ‘poderosos’ em relação a todos os outros” (LÊNIN, 1979:58).

⁶ Com relação a esta discussão sobre o imperialismo e atual fase do capitalismo, destaca-se o conceito de Gluckstein, que chama a atual fase de “Imperialismo Senil”. Para ele esta nova face assumida pelo imperialismo seria caracterizada pela tendência mundial de financeirização da riqueza e dos fluxos de capital, o que força os capitalistas na tentativa de defender a sua taxa de lucro, a única alternativa de “destruir as forças produtivas, destruir as fábricas, destruir a força de trabalho viva, que está dentro das fábricas, é por isso que está sendo organizada a desertificação industrial da França, é por isso também que destroem a força de trabalho humana, por exemplo, organizando a ofensiva contra o ‘custo do trabalho’. (...) É isto que faz com que o que era parcialmente progressista, no capitalismo ascendente, ceda lugar hoje a um sistema que de nenhuma maneira apresenta qualquer traço progressista e que, sob todas as formas, procure preservar o lugar da classe capitalista sob a forma de destruição da classe operária, de suas conquistas [como, por exemplo, aqui no Brasil mais recentemente os ataques ao sistema previdenciário] e de suas organizações [exemplifica-se a necessidade de destruir/cooptar os partidos dos trabalhadores, o que vem se concretizando de forma acelerada no Brasil, com o PT]” (GLUCKSTEIN, 1995:135).

⁷ MARX, op cit in GROSSMANN, 1979:269.

internacional con la constitución y la consolidación de los mercados nacionales. Esta doble tendencia, que caracteriza al capitalismo desde sus inicios, adquiere una importancia extraordinaria durante la fase imperialista, caracterizada por la acentuación de la tendencia de la baja de la tasa de ganancia”.

Em consonância, portanto com a afirmação de Romo, verifica-se que esses movimentos (expansão internacional e constituição e consolidação de um mercado nacional) se colocam num contexto em que o mercado mundial é cada vez mais “importante” para as economias nacionais⁸ e o comércio externo representa uma parcela crescente de sua produção interna. Esta dupla tendência é válida principalmente ao referir-se aos países desenvolvidos, pois, como aponta Trotsky (1979), o centro de gravidade nas economias acaba se deslocando do mercado interno para o mercado externo, fazendo com que nas economias periféricas a segunda parte desta tendência (constituição e consolidação de um mercado nacional) esteja, em parte, prejudicada. Além disso, a forma de interação com este mercado mundial, traçada com vistas a contrariar esta tendência de queda da taxa de lucro, se altera historicamente, como adiantava Lênin (1979:60): “*O que caracterizava o antigo capitalismo, no qual reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, no qual reinam os monopólios, é a exportação de capitais*”.

Estes movimentos de crescente internacionalização das economias são marcados pelo discurso dominante de que cada vez é mais necessária a abertura dos mercados, ou seja, uma ampliação desta internacionalização. Este momento, a contemporaneidade que ganhou a alcunha de globalização, deve ser analisado mais de perto pela teoria marxista. Considerando inclusive que elementos deste movimento, o da desnacionalização das indústrias, onde, pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países, já se encontrava presente no *Manifesto do Partido Comunista*⁹. Propõe-se neste trabalho a iniciar o apontamento de algumas questões, entretanto nos restringindo apenas a discussões pertinentes à importância (necessidade) e ao modo de funcionamento deste “mercado mundial”, dando ênfase ao fluxo internacional de mercadorias e de capitais.

Para esta análise tem-se como referência a afirmação de Lênin (1979:61): “*Enquanto o capitalismo continuar capitalismo, o excedente de capitais será consagrado, não a elevar o nível de vida das massas num dado país, pois isso resultaria na diminuição dos lucros para os capitalistas, mas a aumentar seus lucros pela exportação dos capitais para o estrangeiro, para os países*

⁸ “*Pero el desarrollo económico de la humanidad, que terminó con el particularismo medieval, no se detuvo en las fronteras nacionales. El crecimiento del intercambio mundial fue paralelo a la formación de las economías nacionales. La tendencia de este desarrollo -por lo menos en los países avanzados- se expresó en el traslado del centro de gravedad del mercado interno al externo*” (TROTSKY, 1979).

“*La exportación de manufacturas tanto de bienes esenciales como de productos suntuarios, se convierte entonces en la tabla de salvación de una economía incapaz de superar los factores disruptivos que la afligen. Desde los proyectos de integración económica regional y subregional hasta el diseño de políticas agresivas de competencia internacional, se asiste en toda América Latina a la resurrección del modelo de la vieja económica exportadora*” (MARINI, 1973:75).

⁹ MARX & ENGELS, 1998.

subdesenvolvidos”. Esta afirmação apresenta atualidade constante em nossa realidade, pois se percebe claramente, sobretudo nas economias subdesenvolvidas, que por mais que estas cresçam, não ocorre uma distribuição generalizada de renda, mas sim um enriquecimento de poucos em detrimento do empobrecimento da maioria¹⁰.

Primeiramente, é importante considerar-se que a análise destes temas é de reconhecida importância, afirmada na intenção de Marx de dedicar ao comércio exterior um dos volumes de “O Capital”. Mesmo que este não tenha sido concluído, Marx em diversos momentos deixa transparecer de maneira bastante clara a importância do comércio exterior para o modo de produção capitalista, embora não explore especificamente os seus desdobramentos. Marx mostra, por exemplo, a importância que tem a economia mundial enquanto mercado de escoamento da produção capitalista, o que ganha ainda mais validade no contexto da economia moderna:

“(...) el capitalista podrá siempre hacer el cambio con el obrero, pero esto durará sólo mientras pueda sacar provecho del cambio del producto de su trabajo. Este cambio encuentra sus límites en los medios y en las necesidades que experimenta otra persona por tal mercancía determinada, que puede ser producida en el país, o incluso en cualquier otra parte si se pasa por el mercado mundial. El desequilibrio de las producciones en el seno de un mismo país, empuja las mercancías al mercado mundial, de un mercado a otro. Desde el momento en que la industria es moderna, la producción proporcionada – naturalmente dentro de los límites burgueses – exige la esfera del mundo entero si quiere hallar un equivalente para su producción, o sea una demanda activa” (Marx, 1971:444).

Ao se discutir, sob uma perspectiva marxista, o modo de produção capitalista, sempre acaba-se voltando numa de suas mais importantes características, a lei da queda tendencial da taxa de lucro¹¹, pois percebe-se que esta tem um grande vigor explicativo da realidade¹². É fundamental que ao se tratar desta questão seja considerada outra importante característica de uma análise marxista, a dialética, responsável por expressar na análise as contradições não dela própria, mas da própria realidade.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro mostra que, para uma dada taxa de mais-valia¹³, a lei geral da acumulação capitalista¹⁴, com a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital, implica na tendência à queda da taxa de lucro enquanto dinâmica necessária da economia capitalista. Marx aponta alguns elementos que poderiam agir no sentido contrário, em decorrência

¹⁰ No Brasil mesmo em um contexto recessivo, enquanto a renda média do trabalhador decresce entre 1994 e 2004 em torno de 35% (considerando-se valores nominais), o país ganha em 2003 mais cinco mil novos milionários (Jornal O TRABALHO n° 561 - 16 a 29 de junho de 2004).

¹¹ “A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação a massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio do produção consumido produtivamente, assim também a parte deste trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem que estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente” (MARX, 1988:155, volume 4).

¹² Para isso ver BALANCO, 2004:07 e MARTINS, 2004:21.

¹³ Parte do valor produzido pela força de trabalho que não é repassado ao trabalhador, e sim apropriado pelo capitalista.

¹⁴ A “evolução” de uma sociedade capitalista significa a prosperidade de muito poucos e a miséria da maioria, como resultado da própria dinâmica do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

disto atenuando esta tendência, ou em períodos restritos até mesmo contrariando-a¹⁵. Entretanto, os efeitos destas contra-tendências são limitados, seja pelo limite máximo da exploração dos trabalhadores, por uma questão espacial (no caso do comércio exterior – até a anexação completa do globo), ou por atuarem apenas no aumento da massa de lucros¹⁶.

É, portanto, a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que se mostra como a tendência da economia capitalista, enquanto for o trabalho o único responsável pela geração de valor, e este tender a cada vez ser relativamente menos utilizado. É importante ressaltar que é a taxa de lucro que tende a decrescer e não a massa de lucro, pois esta cresce continuamente na economia capitalista da mesma forma que cresce o montante de capitais.

Se dará atenção neste artigo a apenas uma destas contra-tendências apresentadas por Marx, o comércio exterior. Marx (1988:172, volume 4), considera que capitais investidos no comércio exterior podem alcançar maior rentabilidade, desde que os outros países tenham menores facilidades de produção (menor produtividade do trabalho). O que ocorre é que o país vende as mercadorias acima de seu valor, embora mais barato que os países concorrentes. À medida que o trabalho do país mais adiantado é valorizado como trabalho de peso específico mais elevado, a taxa de lucro sobe, pois o trabalho que não é pago como qualitativamente mais elevado é vendido como tal. O mesmo pode ocorrer com o país que importa a mercadoria a um preço menor do que poderia produzir.

Em todo o sistema capitalista aparece uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como consequência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. O sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas, e é precisamente a unidade que determina, nesse caso, a falta de homogeneidade. Por todo esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente, pois enquanto a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental por detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Por isso, o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve-se graças a essa perpetuação (MANDEL, 1982:69-70)¹⁷.

Grossmann (1979:272-290) discute a função do comércio exterior dentro do modo de produção capitalista, tratando-a sob quatro perspectivas diferentes: aumento da diversidade dos valores de uso; ampliação do mercado como forma de reduzir os custos de produção e circulação; proporcionar a venda de mercadorias por preços acima de seus valores; e “a industrialização dos

¹⁵ Marx enumera as seguintes contra-tendências: a elevação do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo do seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior; aumento do capital por ações; e o aumento das rotações do capital. Todas estas atuando principalmente no sentido seja de aumentar a proporção de mais-valia produzida pelo capital variável, reduzir o preço do capital constante ou aumentar a massa de lucros.

¹⁶ De outra forma, o aumento da composição técnica do capital, enquanto tendência, tem seus limites nos limiares do próprio modo de produção capitalista, ou seja, no momento em que mais nenhum trabalhador fosse utilizado para a produção.

¹⁷ Para o desenvolvimento original desta tese consultar FRANK, 1980 e para uma análise de suas implicações para o caso brasileiro FRANK, 1976: capítulo III.

países coloniais agrícolas significa o fim do capitalismo?”.

É no comércio exterior que se desenvolve o verdadeiro caráter da mais-valia considerada enquanto valor, ao desenvolver-se como trabalho social o trabalho contido nela. Graças ao comércio exterior, este trabalho social projeta-se sobre uma série infinita de distintos valores de uso, dando com isso realmente sentido e razão de ser para a riqueza abstrata. Produção e venda em massa sempre foram desejáveis no sistema capitalista, entretanto, somente na fase mais avançada da acumulação de capital, quando a valorização dos enormes montantes de capital se faz cada vez mais difícil internamente aos países, é que se coloca definitivamente a necessidade da existência de um mercado, o maior possível, enquanto uma questão vital para o próprio capitalismo; pois, somente através das vantagens da especialização é possível atuar competitivamente no mercado mundial. A tendência à homogeneização do preço das mercadorias no mercado mundial, enquanto a produtividade tem consideráveis diferenças proporciona a possibilidade da venda de mercadorias acima de seus valores. Por último, Grossmann discute a internacionalidade dos ciclos econômicos, em vistas a responder a pergunta: a industrialização dos países coloniais agrícolas significa o fim do capitalismo? Ao responder esta pergunta, Grossmann se contrapõe a Bocher e a Rosa Luxemburg, defensores da tese de que isto seria o “princípio do fim” do capitalismo. Ele afirma que os erros desta concepção são evidentes, pois por mais que possam se tornar industrializados os países da periferia do sistema, as “metrópoles” capitalistas não devem por isso temer por sua existência enquanto continuarem capazes de manter a sua superioridade técnica e organizacional. Mandel, em consonância com a análise de Grossmann, destaca que a exploração, transferência de riqueza para as “metrópoles” do sistema capitalista, não está relacionada ao nível tecnológico, mas à sua homogeneização.

As observações de Marx e de Grossmann demonstram a importância do mercado mundial e do comércio exterior para o funcionamento da economia capitalista. Além disso, segundo Sweezy (1983:222), à medida que o capitalismo se desenvolve nas várias partes da economia mundial, as relações econômicas internacionais já não se limitam às simples trocas de mercadorias; estas são suplementadas pelos movimentos de capital, ou seja, pela exportação por alguns países, e importação por outros, de mercadorias que tem funções específicas de capital. A exportação de capital é corretamente definida por Hilferding (1985:249) como “*exportação de valor destinada a fomentar a mais-valia no exterior*”, mantendo-se o fato de que “*é essencial que a mais-valia continue à disposição do capital doméstico*”.

Além da exportação de mais-valia para as metrópoles pela via da importação de mercadorias e de bens de capital (no sentido de maquinaria), deve ser dada importância também para outro modo que hoje ocupa lugar de destaque no sistema capitalista, a exportação de mais-valia pela via da remessa de juros e pagamento de lucros e dividendos. De acordo com Mandel (1982:262), os

processos de industrialização dos países do Terceiro Mundo foram todos acompanhados pela criação de grandes passivos externos nestes países, isso devido tanto à necessidade de pagamento dos empréstimos e de seus juros, no caso da compra de equipamentos, quanto à remessa de lucros e dividendos para os investimentos feitos diretamente pelas multinacionais. O pagamento de dívidas ocupa hoje papel extremamente importante nos países subdesenvolvidos¹⁸.

Com o avanço das políticas de supressão do papel do Estado nas economias, esta prática ocupa novos patamares, à medida que as empresas multinacionais passam a ocupar espaços que antes eram de responsabilidade estatal, inclusive os setores básicos de infra-estrutura (como telefonia, energia e mineração). Ao discutir a importância e causa da exportação de capitais, Grossmann (1979:322-341) considera que a existência de inversões necessita da existência da mais-valia, e esta por sua vez do mais-trabalho. Portanto, considera que a exportação de capital não é um meio para a realização da mais-valia produzida nos países centrais do capitalismo, mas sim a busca por uma esfera onde o capital excedente produzido encontre um local para a sua inversão, ou seja, encontre trabalhadores para produzir a mais-valia necessária para a sua valorização¹⁹. A esse respeito é mais correto afirmar que a exportação de capital, não é apenas um meio para a realização da mais-valia produzida nos países centrais do capitalismo (inclusive sobre maiores rentabilidades), mas também, e de uma forma especial, a busca por uma esfera onde o capital excedente, que encontra dificuldades para inversão internamente nas economias nacionais, possa ter permitida e facilitada a sua inversão.

Grossmann tira conclusões apressadas ao decretar um natural fim do sistema, tendência esta que é negada por uma série de autores marxistas (como Lênin, Trotsky, Marini, Mandel e outros), e é estranha à própria análise marxiana. Nas palavras de Samir Amin (1981:125): “*não existe ‘crise catastrófica’ capaz de engendrar por si mesma o fim apocalíptico do sistema*”. Entretanto ele acerta em sua avaliação da importância da exportação de capital e na centralidade da busca de valorização como motor do capitalismo. Portanto, a razão última para a exportação de capital não é apenas a existência no exterior de taxas de lucros mais elevadas, mas sim uma falta de possibilidades de inversão de capitais nas economias nacionais²⁰.

Sweezy (1983:224) sob a perspectiva de uma economia operando com liberdade de comércio e de movimentação do capital diz que “*o efeito geral da exportação de capital é retardar o amadurecimento das contradições do processo de acumulação nos países exportadores e apressar seu aparecimento nos países importadores de capitais*”. É através desse tipo de análise que deve-se

¹⁸ No caso do Brasil em 2003 ele representou R\$ 147 bilhões, o que significou R\$ 10 bilhões acima dos gastos de todos os ministérios excetuando-se o da previdência (FOLHA ONLINE, 07/04/2004).

¹⁹ “*La enorme acumulación de capital en los Estados Unidos sólo con grandiosos, gigantescos métodos de transferencia de plusvalor al exterior, puede asegurar la propia valorización y con ello atenuar la tendencia al derrumbe existente*” (GROSSMANN, 1979:341).

²⁰ Otto Bauer sustenta que as inversões no exterior se dão por dois motivos, pela existência de maior rentabilidade no exterior e pela possibilidade de inversão de capitais que não estão se valorizando nacionalmente (op cit, in: GROSSMANN, 1979 e in: SWEETZY, 1983).

encarar as pressões imperialistas pela desregulamentação dos mercados, inclusive ao perceber-se que nem mesmo estes países cumprem suas recomendações.

É a partir desta análise, da importância da economia mundial, que se deve atentar para as relações econômicas internacionais, ou seja, perceber o que move o imperialismo em nossa época.

III – O Imperialismo

“Definimos o imperialismo como política do capital financeiro. Com isso, torna-se clara sua função. Esta política é o agente da estrutura financeira capitalista e subordina o mundo ao domínio do capital financeiro. Ela substitui as antigas relações de produção pré-capitalistas ou capitalistas pelas relações de produção do capitalismo financeiro. (...) a definição ‘política de rapina do capital financeiro’ caracteriza o imperialismo como valor historicamente definido. (...) é a seqüência histórica de uma época industrial, da mesma forma que esta última representa a continuidade da fase comercial capitalista. Esta é a razão por que as contradições fundamentais do capitalismo – que, com seu desenvolvimento, se reproduzem em ritmo crescente – encontram, em nossa época, expressão particularmente violenta” (BUKHARIN, 1984:106-107).

“Monopólios, oligarquias, tendências para o domínio em vez de tendências para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas e fracas por um punhado de nações extremamente ricas ou poderosas: tudo isso originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou decomposto” (LÊNIN, 1979:123).

Já apontada por Marx, a tendência e necessidade do sistema capitalista de produção, que tem como motor o desenvolvimento de relações sociais baseadas no capital, ou seja, a valorização crescente do valor, é uma busca em nível cada vez maior de novas esferas para que essa valorização possa ocorrer, é a busca crescente de maiores rentabilidades. Como reforça Mandel (1982:219), *“devido a sua própria natureza, o capital não tolera limites geográficos à sua expansão”*. Atualmente, a intensificação das relações sociais (em escala mundial) que caracterizavam o imperialismo são responsáveis por sua perpetuação, mas perpetuação em escala ampliada, com suas contradições mais explicitadas. A razão de ser do imperialismo é o próprio modo de produção capitalista. É a necessidade que existe da exploração de certas nações para que outras possam se desenvolver que torna indispensável para o “bom funcionamento” do sistema este duplo convívio, entre de um lado nações muito ricas, e de outro nações muito pobres.

Costa (2004:18-24) elege a obra de Lênin, *“O imperialismo, fase superior do capitalismo”*, como síntese paradigmática da interpretação do imperialismo oriunda da segunda revolução industrial, e a partir daí busca analisar seus eixos fundamentais²¹ com o objetivo de verificar qual sua aderência à realidade atual. O autor atenta para o fato de que Lênin enfatizou o imperialismo como não sendo uma nova formação socioeconômica, mas a fase superior do capitalismo, em que se

²¹ Lênin elencou cinco traços fundamentais que caracterizavam a nova fase do capitalismo: 1) a concentração da produção e do capital e o aparecimento dos monopólios, os quais passaram a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital industrial com o capital bancário e o aparecimento da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, ao contrário da exportação de mercadorias; 4) a formação das associações monopolistas que partilharam economicamente o mundo entre si; 5) a partilha territorial do mundo entre as potências mais importantes (LÊNIN, 1979).

aguçariam todas as contradições do capital. Nesse sentido, afirmava que esta fase seria marcada pelo capitalismo parasitário, em decomposição e agonizante, a ante-sala do socialismo.

Costa procura verificar como se aprestam estas características no mundo atual, e conclui que elas estão substancialmente mudadas, necessitando-se de um novo arcabouço teórico para dar conta da atual conjuntura, segundo ele substancialmente diferente da conjuntura da segunda revolução industrial. Avalia-se que o vigor explicativo destas teorias, em especial a do imperialismo, ainda mantém sua capacidade explicativa, necessitando de incorporações e qualificação dos atuais fenômenos e de suas formas de manifestação. Faz-se abaixo uma análise própria das características do imperialismo propostas por Lênin e analisadas por Costa, onde a concordância é apenas parcial com este último.

A concentração da produção e do capital continua sendo um dos fatores fundamentais na atual dinâmica capitalista, assim como Marx já havia identificado anteriormente, baseado na própria lógica da acumulação. No entanto, o que distingue a época atual do período de Lênin é que as corporações transnacionais passaram a extrair diretamente, e de maneira generalizada, o valor fora de suas fronteiras nacionais, tornando-se exploradoras diretas tanto no centro quanto na periferia capitalista, ao contrário do que acontecia anteriormente quando se apropriavam da mais-valia mediante a exportação de mercadorias ou a exportação de capitais. O que se verifica atualmente é que o grande capital está passando novamente por uma remonopolização global, através de um processo intenso de mega-fusões e incorporações em todos os estamentos do capital – industrial, bancário e de serviços. Ou seja, a qualidade desse processo não é movida simplesmente por uma fusão do capital bancário com o capital industrial, mas por uma configuração que envolve praticamente todas as fases do ciclo do capital. É na fase atual que a concentração do capital alcança níveis ainda mais elevados.

A exportação de capitais hoje se acentuou significativamente com relação ao período da segunda revolução industrial e mesmo com relação ao período de ouro do capitalismo, o *Welfare State*. No período inicial do imperialismo, a exportação de capitais era destinada à construção basicamente de equipamentos de infra-estrutura, sem que houvesse grandes inversões na área fabril. No momento posterior o marcante é a internacionalização da produção, sendo que cerca de 80% do investimento direto externo não está direcionado aos países da periferia, mas aos países centrais, ressaltando-se ainda que vem decrescendo a participação dos países periféricos neste tipo de investimento²². Costa destaca que se a exportação de capital está se desenvolvendo centralmente entre os próprios países imperialistas, a relação de subordinação e de trocas desiguais deve ter uma nova leitura. Entretanto, o fato de haverem exportações para os próprios países imperialistas não altera a questão da troca desigual, fator ainda fundamental nas relações centro-periferia, mas diz respeito a busca de esferas para a inversão, o que sempre caracterizou o capitalismo. O fator mais

²² Ver CHESNAIS, 1996.

marcante é que hoje o substancial da exportação de capitais são as exportações de capital financeiro. Esta modificação e inclusive esta mudança de “órbita” no processo de exportações de capital, não modifica a lógica do período de Lênin, pois ela ainda é a de buscar, para além das fronteiras nacionais, a possibilidade de obter rentabilidade. Este papel hoje é cumprido também pelo endividamento dos países subdesenvolvidos, obrigados a remunerar a altíssimas taxas, os capitais neles aplicados.

A partilha econômica e territorial do mundo continua em pleno curso, cabendo a ressalva de que ocorre de forma diferenciada do período inicial do imperialismo. Verifica-se investidas diretas dos EUA, inclusive em ocupações territoriais (como é o caso do Iraque), mas esta partilha ocorre destacadamente por meio do domínio financeiro e político através da implantação das “áreas de livre-comércio” e através de ações via organismos multilaterais (com destaque para o FMI). Observa-se a disputa por este domínio econômico de uma nova forma, através da disputa dólar-euro, enquanto moeda hegemônica em determinadas regiões.

Última característica, a *tendência à decomposição e ao parasitismo*, identificada por Lênin como sendo uma das características da oligarquia financeira, mantém a sua essência, mas foi aprofundada de maneira extraordinária e revela aspectos novos e relevantes. A oligarquia financeira ampliou o seu parasitismo e muitos Estados imperialistas transformaram-se em nações rentistas²³, o que lhes permite ampliar o poder regulador e orientador dessa nova fase do capital. Para Costa (2004:23) a transferência de recursos dos países da periferia para os países centrais nas duas últimas décadas, por conta principalmente dos mecanismos financeiros impostos pelo novo bloco de classe no poder, pode ser considerada semelhante a toda a extorsão realizada no período colonial, o que por si só dá uma dimensão do rentismo institucionalizado de nossa época.

Portanto, a teoria do imperialismo da maneira como é proposta por Lênin, mantém grande vigor explicativo de nossa atualidade, pois assim como Marx, Lênin reconhecia que o capitalismo opera de forma tal a intensificar a suas contradições. Com relação a uma atualização da teoria do imperialismo da maneira como foi construída, destaca-se a análise do Imperialismo Senil, onde a grande novidade apontada como marca da contemporaneidade é que o grau da ofensiva sobre o trabalho atinge níveis alarmantes, avançando com ações que agem no sentido de destruir esta mesma força de trabalho.

Ao analisarmos, o modelo clássico do imperialismo, observa-se que uma de suas principais características é a competição entre *trustes* capitalistas de Estado, ou seja, uma concorrência em nível internacional, por zonas de influência, por regiões para a obtenção de superlucros. Entretanto o que passa a ocorrer a partir da terceira revolução tecnológica é que esta competição entre trustes capitalistas de Estado começa a dar lugar para uma gigantesca centralização internacional do capital,

²³ Ver CHESNAIS, 2000.

chegando-se ao ponto da empresa transnacional tornar-se a forma determinante do grande capital.

Pode-se observar as fusões e aquisições dos últimos anos, que empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis. Atrás do eufemismo do “mercado”, encontram-se formas cada vez mais concentradas de capital industrial e financeiro detendo um poder econômico sempre maior. Esta concentração chega a um tal nível que um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que são reconhecidos como sociedades transnacionais, enquanto o outro terço tem a forma de trocas que são feitas dentro da estrutura destes mesmos grupos. Estas trocas não são “livres”, mas altamente planejadas (CHESNAIS, 2001:07).

Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. Estas instituições financeiras são compreendidas como os bancos e sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os fundos de pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de clientes dispersos (os *mutual funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo (CHESNAIS, 2001:08).

Mandel (1982:232-234) apresenta três possíveis desdobramentos para as relações entre a centralização internacional do capital e o Estado burguês, que por sua vez resultariam em três possíveis estruturas internacionais do sistema político metropolitano do imperialismo. O modelo do superimperialismo, do ultra-imperialismo e o da concorrência interimperialista contínua.

A primeira delas, o superimperialismo, trata-se de um modelo no qual um único poder imperialista exerce hegemonia tal que os outros poderes imperialistas perdem toda independência real. Neste estágio o *status* destes países cai a ponto de se igualar ao de pequenos poderes semicoloniais. Neste modelo, o país hegemônico “*deve voltar-se para a propriedade e o controle diretos das regiões produtivas e das concentrações de capital mais importantes, dos bancos e de outras instituições financeiras de outros lugares*” (MANDEL, 1982:233).

Outra possibilidade seria o modelo do ultra-imperialismo. Nesse modelo a fusão internacional do capital chega a um estágio tão avançado, que desaparecem todas as diferenças críticas entre os interesses econômicos dos proprietários de capital de diversas nacionalidades. Neste estágio “*todos os capitalistas importantes espalharam a propriedade de seu capital, a produção e a realização de mais-valia, bem como a acumulação de capital (novos investimentos) de forma tão eqüitativa pelos*

vários países e pelas várias partes do mundo que se tornam completamente indiferentes à conjuntura particular, o processo particular da luta de classes e às peculiaridades ‘nacionais’ do desenvolvimento político de qualquer país” (MANDEL, 1982:234). Emergiria um Estado que não seria mais um Estado nacional imperialista, mas um “Estado mundial” supranacional imperialista.

Por último poderia ocorrer um modelo de concorrência interimperialista contínua, sob novas formas históricas. Para Mandel esse modelo se caracterizaria pelo fato de que, embora a fusão internacional de capital tenha sido suficiente para substituir várias grandes forças imperialistas dependentes por pequeno número de superpoderes imperialistas, a força contrária do desenvolvimento desigual do capital impediria a formação de uma verdadeira comunidade global de interesses capitalistas, o modelo do ultra-imperialismo. É justamente pelo fato de a fusão de capital se dar a nível continental, que desse modo a concorrência imperialista intercontinental se intensifica ainda muito mais. *“A novidade da moderna concorrência intercapitalista, em comparação com o imperialismo clássico que Lênin analisou, consiste em primeiro lugar no fato de que apenas três forças mundiais se confrontam na economia imperialista internacional, quais sejam, o imperialismo norte-americano (que controla grande parte do Canadá e da Austrália [hoje também do México e outras regiões]) o imperialismo japonês e o imperialismo europeu ocidental”* (MANDEL, 1982:234). Para Mandel, seria o desenvolvimento posterior do imperialismo japonês, seja em direção à independência, seja em direção à fusão com grandes empresas norte-americanas, que provavelmente decidiria esta concorrência.

Com relação a estas tendências de constituição de um modelo de sociedade capitalista, a hipótese apontada por Mandel como a mais viável é algo que se aproximaria de um *“modelo de concorrência interimperialista contínua”*. Isso transparece ao analisar-se que, em nível mundial, a concorrência EUA-Japão-Europa Ocidental (UE) e mais fortemente EUA-UE, vem se intensificando, e ainda mais evidente com a consolidação, inclusive com moeda e Banco Central único, da União Européia. Entretanto, o que se percebe é uma potência com capacidade de hegemonia que se mostra única na história, que concentra substancialmente o poder de decisão dos ditos organismos multilaterais. Ocorre portanto, que ao invés de existir um enfraquecimento da hegemonia do Estado Nacional americano, ela vem se transformando de tal forma que exerce este poder através dos órgãos multilaterais quando é conveniente²⁴, e quando não é ele os desrespeita.

Pode-se verificar que apesar do fortalecimento da Europa do Euro, e mesmo do surgimento da China como candidata a potência mundial, são os Estados Unidos que ocupam a cadeira de grande

²⁴ “Os governos de todos os países onde o capital financeiro é desenvolvido estão comprometidos com os Estados Unidos. Todas as iniciativas que eles tomaram no FMI, no Banco Mundial, na OCDE, no GATT e, mais tarde, na Organização Mundial do Comércio, foram apoiadas e revezadas na Europa pelo Reino Unido e setores importantes da Comissão Européia. Ultimamente, não é deles que veio o projeto da ‘Rodada do Milênio’ na OMC, mas da União Européia. Foram, antes de tudo, setores antagônicos da sociedade americana que atacaram frontalmente Seattle. A mundialização contemporânea não é ‘americana’. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida” (CHESNAIS, 2001:15-16).

potência imperialista na atual conjuntura mundial²⁵. Essa hegemonia não é exatamente equivalente ao que Mandel chama de modelo do superimperialismo, mas se afasta de certa forma também do que ele chamou de “*modelo de concorrência interimperialista contínua*”, de maneira que poderia-se classificar como sendo algo intermediário a estas duas análises, todavia mais próximo do modelo de superimperialismo²⁶. O que pode-se perceber é que o Estado Nacional, principalmente para as nações imperialistas, desempenha ainda papéis de extrema relevância para a defesa de suas economias, grandes multinacionais e instituições financeiras.

O que se pode perceber é que os desdobramentos deste sistema resultam em uma série de contradições. Como mostra Mészáros (2000), nas tentativas internas ao próprio sistema capitalista, experimentadas ao longo do século XX, e agora também no século XXI, que tentam controlar tendências internas ao próprio sistema, atuando inclusive no sentido de fortalecimento do Estado, seja nas suas vias de Estado intervencionista do tipo keynesiano ou soviético, o capital não conseguiu dar resposta às suas contradições e limitações, produzindo resultados bem sucedidos, mas apenas sucessos limitados espacial e temporalmente.

Na atual fase do sistema do capital, em que ele se encontra cada vez mais internacionalizado, sobretudo na sua face financeira, observa-se a intensificação de uma resistência por vários setores da sociedade, principalmente devido à continuidade do subdesenvolvimento, da fome, da pobreza e das guerras. Surgem discussões e ações, que de forma equivocada, em tentativas de organização mundial, como o “Fórum Social Mundial” (FSM), dizem que seria possível dar uma outra cara ao sistema capitalista, mais humana, que é possível fugir das dificuldades de desenvolvimento e caminhar, por exemplo, pelas vias do desenvolvimento local.²⁷ Neste tipo de espaço e fora dele é que proliferam-se o que se chama de “micro-brigas”, as quais não têm capacidade de contestação do sistema, mas pelo contrário, acabam se diluindo nele. É por isso que o FSM, ao colocar no seu centro as palavras de ordem “um outro mundo é possível” que variam em alguns momentos para “um outro capitalismo é possível”, foge do debate central, que deveria estar colocado como a alternativa real para se

²⁵ “Em linhas gerais, observa-se claramente que o novo papel das instituições “supranacionais” viabiliza a instrumentalização do novo processo integrativo do capital dos espaços mundiais, conformando um processo de centralização capitalista acelerada, ampliando a concentração do poder econômico e político num espaço restrito, qual seja, o Estado-nação norte-americano. Desta forma, o Leviatã não está se enfraquecendo; o que existe, na verdade, é a subsunção, via coerção, do Leviatã estatal americano sobre os demais estados nacionais. As agências “supranacionais” vêm funcionalizando, com relevante destaque, a nova configuração de poder interestatal de reforçamento do poder americano” (BALANCO, et alli. 2004:15).

²⁶ Esta análise se diferencia um pouco da análise efetuada por Benjamim, que por sua vez estaria mais próxima da análise do próprio Mandel: “A formação da União Européia e o fortalecimento da China mostram que o sistema internacional está transitando para uma nova ordem, com vários centros de poder. Os espaço econômico da União Européia rivaliza em tamanho com o dos Estados Unidos, e o euro ameaça a disputar, no mundo, a primazia com o dólar. As economias do Leste da Ásia, por sua vez, crescem muito rapidamente e formam uma área cada vez mais integrada, com o Estado chinês cumprindo um papel regional cada vez mais relevante. Nos três principais continentes – a América do Norte, a Europa e a Ásia – surgem megaestados regionais, comandando grandes economias, com larga base territorial e populacional” (BENJAMIN & RIBEIRO, 2004:14).

²⁷ O Fórum Social Mundial (FSM), realizou suas três primeiras edições no Brasil e a sua quarta na Índia em 2004. Participam da organização deste evento organizações não governamentais dos mais variados tipos, governos, intelectuais, alguns partidos políticos, sindicatos e organizações estudantis, contando inclusive com o financiamento de setores hegemônicos do próprio sistema do capital como é o caso da Fundação Ford.

responder às mazelas provocadas pelo capitalismo, que é a sua completa substituição por uma nova ordem mundial socialista, e assim atrapalha ao invés de ajudar na construção da revolução proletária. Neste sentido o Fórum presta um desserviço para os trabalhadores e excluídos, atuando como “analgésico” na realidade do sistema capitalista, desviando a atenção e as ações de parte expressiva dos trabalhadores para uma organização de pacto social, fugindo da questão central, que faz com que o capitalismo seja capitalismo, a luta de classes²⁸. É também por isso que Trotsky, ao dizer que “a crise do proletariado resume-se na crise de sua direção revolucionária”, ganha crescente atualidade.

É neste sentido que se abre margem para algumas confusões teórico-conceituais, que por vezes atuam também confundindo e escondendo o real foco do problema. Ocorre que se apresentam de maneira dicotômica, capitalismo e neoliberalismo, como se o neoliberalismo não fosse apenas a forma contemporânea pela qual se manifesta o capitalismo. Com isso, por vezes o inimigo é “a ameaça neoliberal” e não o próprio sistema do capital. Como ressalta Chesnais (2001), o termo “neoliberalismo” é muitas vezes utilizado como se não estivesse se referindo ao desdobramento histórico do capital, a constituição, caracterização de sua atual fase. Cria-se, portanto, a ilusão de que o sistema do capital suporta outras formas de gestão, sem se lembrar de que esta resposta, o neoliberalismo, é uma resposta de todo o sistema capitalista a problemas e crises que vêm enfrentando, ou seja, uma tentativa de contrariar a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

É importante reafirmar que o corpo teórico marxista que a partir de Lênin explica e se refere ao modo de funcionamento da sociedade capitalista enquanto imperialismo, mantém seu vigor explicativo sobre a realidade capitalista atual. Esse corpo teórico mostra que a realidade capitalista se apresenta através da convivência de realidades distintas, apresentando de um lado nações desenvolvidas que exploram das mais variadas formas as que se encontram do outro, as subdesenvolvidas. Destaca-se novamente o conceito de Imperialismo Senil, por explicitar os problemas da realidade atual, mostrando a maneira pela qual os países buscam manter sua lucratividade, o aguçamento da exploração sobre o trabalhador. Para que se possa melhor compreender o funcionamento do sistema do capital, e a sua necessidade da coexistência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é importante estudar, mesmo que de forma sucinta, as relações centro e periferia, tema este que é tratado na próxima seção deste trabalho.

IV – Dependência

“Lo que habría que decir [sobre a América Latina] es que, aun cuanto se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que, por su estructura global y su funcionamiento, no podrá nunca desarrollarse de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas. Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo ‘sui generis’, que sólo cobra sentido si lo

²⁸ Para uma análise mais detalhada destes argumentos ver: TURRA, 2001 (*O Fórum de Porto Alegre e seu significado para o movimento operário brasileiro*) e RAFFI, 2001 (*Depois do Fórum Social Mundial de Porto Alegre*).

X Encontro Nacional de Economia Política

contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional” (MARINI, 1973:14).

Ao ser tratado o tema do desenvolvimento, e em especial o desenvolvimento dos países da periferia do sistema capitalista, generaliza-se o debate acerca da abertura das economias como caminho inexorável seja para o aumento da eficiência produtiva, para a divisão de fatores ou para a equiparação das rentabilidades. Entretanto, num ambiente mundial onde predominam as relações de “troca desigual”²⁹ o nivelamento das taxas internacionais de lucro é fortemente contestado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, na medida em que no modo de produção capitalista condições desiguais de desenvolvimento determinam tamanhos diferentes de mercados internos e ritmos irregulares de acumulação de capital (Mandel, 1982). Os grandes diferenciais de salários realmente verificados empiricamente, são conseqüências e não causas do desenvolvimento desigual do capitalismo³⁰. O que ocorre é que a lógica do capital normalmente o leva para zonas com maiores perspectivas de valorização, e não necessariamente para zonas de baixos salários, que embora apresentem aparentemente maiores perspectivas de valorização, podem ser preteridas principalmente devido a insuficiências em seus mercados internos.

Os motivos que explicam o porque dos capitais não se espalharem pelo globo sendo atraídos pelos baixos salários se assentam no fato de que nestes países existem grandes deficiências quanto aos seus “mercados internos”, problemas relacionados com a transferência de mais-valia e os estreitos limites impostos à acumulação “interna” de capital pela estrutura social existente. *“Os baixos salários que acompanham um vasto exército industrial de reserva e o subemprego colossal têm, portanto, a função de represar a acumulação do capital, e só podem ser explicados pela operação do sistema capitalista internacional” (MANDEL, 1982:249).* Portanto, o que estes fatores apontam não é a generalização da mobilidade do capital, mas por outro lado, a sua restrição. O que se verifica é o comércio internacional cada vez mais concentrado nos países imperialistas. É em consonância com a lei do valor que não ocorre a homogeneização das taxas de lucro em nível mundial³¹.

A evolução do imperialismo chegando à sua fase atual, não altera de forma substancial as diferenças de desenvolvimento ou de produtividade, da mesma forma que não elimina a troca

²⁹ Este conjunto de análises se refere às relações centro-periferia, dando destaque ao que ficou conhecido nas reflexões cepalinas como “*deterioração dos termos de troca*” (Prebisch, 1950). Para o debate a cerca deste tema ver: Arghiri Emmanuel (1981), Samir Amin (1981), Charles Bettelheim (1981), Christian Palloix (1981), Ernest Mandel (1982) e Ruy Mauro Marini (1973), dentre outros.

³⁰ *“No es porque se cometieron abusos en contra de las naciones no industriales que éstas se han vuelto económicamente débiles, es porque eran débiles que se abusó de ellas. No es tampoco porque produjeron más de lo debido que su posición comercial se deterioró, sino que fue el deterioro comercial lo que las forzó a producir en mayor escala. Negarse a ver las cosas de esta manera es mixtificar la economía capitalista internacional, es hacer creer que esa economía podría ser diferente de lo que realmente es. En última instancia, ello conduce a reivindicar relaciones comerciales equitativas entre las naciones, cuando de lo que se trata es de suprimir las relaciones económicas internacionales que se basan en el valor de cambio” (MARINI, 1973:31-32).*

³¹ *“A troca desigual leva, portanto, a uma transferência de valor (transferência de quantidades de trabalho, isto é, de recursos econômicos) não contra, mas em conseqüência da lei do valor – não por causa de um nivelamento internacional das taxas de lucro, mas a despeito da inexistência desse nivelamento” (MANDEL, 1982:255).*

desigual. O que acontece é que as fontes de exploração imperialista sobre as semicolônias, hoje se manifestam de forma ampliada. Há, entretanto, duas diferenças que pode-se perceber: por um lado, uma redução no fato da distribuição dos superlucros coloniais ter iniciado um declínio relativo da transferência de valor por meio da troca desigual, e por outro, uma alteração na divisão internacional do trabalho, fazendo com que os países dependentes se industrializem de forma relativa. É a partir desta verificação, a relativa industrialização dos países subdesenvolvidos, que se pode inclusive perceber a desvinculação da ocorrência desta transferência de valor de algum tipo de produção material específico, pois essa se mantém sob uma nova divisão internacional do trabalho.

Dentre os países dependentes, as semicolônias, também existe uma grande heterogeneidade, com países ainda quase completamente agrícolas de um lado, e de outro países que alcançaram até certo ponto uma grande diversificação industrial. Isso faz inclusive com que surjam teorias como as do subimperialismo. Entretanto, a questão central no atual estágio do imperialismo continua sendo a impossibilidade da plena industrialização dos países subdesenvolvidos no âmbito do mercado mundial, de maneira tão acentuada quanto o era no período “clássico” do imperialismo. O que se verifica é que as diferenças regionais de desenvolvimento, industrialização e produtividade estão constantemente aumentando. Sob estas circunstâncias está garantida a atuação de todos os mecanismos que garantem uma situação de crise social permanente nas semicolônias³², os mesmos mecanismos que garantem a perpetuação da troca desigual.

Ao discutir estas questões, é fundamental considerar a importância dos países subdesenvolvidos para as metrópoles centrais do sistema capitalista. Chesnais (2001) afirma que os países ditos em desenvolvimento interessam aos grupos industriais de países avançados apenas por três motivos: o tradicional, como fonte de matérias primas; o tamanho do mercado interno de alguns países; e o de servir como fonte para a exploração de mão-de-obra.

A primeira fonte de interesse, a exploração de matérias-primas, ainda permanece ocupando um papel relevante no cenário internacional. Segundo este autor a busca de matérias primas ainda continua sendo a chave das políticas que afrontam o Oriente Médio e também explica as rivalidades interimperialistas nos países da África, ricos em minerais estratégicos. Entretanto, esta fonte de interesse não mais ocupa um papel tão central como o que desempenhava no imperialismo “clássico”, pois, fora o petróleo, minerais estratégicos como o urânio e alguns produtos tropicais, principalmente a madeira, os países situados no centro do sistema tornaram-se bem menos dependentes das fontes de matérias-primas situadas em países periféricos, servindo-se da ciência e da tecnologia para substituí-las por produtos intermediários de criação tecnológica e industrial.

³² “(...) os trabalhadores desses países [das semicolônias] terão de levar a revolução colonial até o ponto em que a sua liberação do mercado mundial capitalista, efetivada pela socialização dos principais meios de produção e do sobreproduto social, possibilite a solução do problema agrário e inicie a plena industrialização. É claro que a construção de uma economia socialista só pode efetivar-se em escala mundial” (MANDEL, 1982:264).

Outro motivo que faz com que os grandes grupos internacionais se interessem ainda por certos países é o fato de possuírem um mercado interno de tamanho substancial. Entretanto, Chesnais (2001:21) destaca que este interesse se dá em condições em que as exportações feitas pelos grandes grupos industriais por intermédio de suas filiais de comercialização tornaram-se a opção preferida, enquanto o investimento direto no sentido estrito tornou-se uma solução secundária³³.

A terceira função que os países em desenvolvimento podem preencher é a de servir como base para operações de sub-arrendamento de trabalhadores, para indústrias intensivas em mão-de-obra. Indústrias que requerem uma mão-de-obra industrial ao mesmo tempo qualificada (ou mesmo muito qualificada), muito disciplinada e um mercado muito bom. Mas, segundo Chesnais (2001:23), aqui, o número de países que satisfazem estas condições é em número tanto mais restrito quanto as necessidades do capital são limitadas pela fraqueza geral da acumulação.

Em consequência da troca desigual, da existência de mecanismos que atuam no sentido de transferir renda produzida nacionalmente nas semicolônias para os países centrais, as economias periféricas são obrigadas a reagir, tendo que dar respostas, “criando” mecanismos de “proteção”, ou seja, meios de se manter no mercado mundial. A resposta dada a esta perda de valor produzido por parte dos países dependentes acaba sendo uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, na tentativa de buscar o desenvolvimento, através de uma superexploração da força de trabalho. A intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para a sua subsistência são as formas encontradas pelas economias periféricas para se sustentarem no sistema capitalista³⁴.

A partir do momento em que a resposta dada pelas economias desfavorecidas pela troca desigual é a superexploração do trabalho, ou seja, a constituição de um modo de produção que tem como base uma maior exploração do trabalhador, e o desenvolvimento de sua capacidade produtiva, se concretiza uma alternativa que ao invés de se contrapor a este modelo de exploração das economias subdesenvolvidas acaba fortalecendo-o. Isso ocorre na medida em que as nações dependentes buscam compensar a perda de recursos gerada no comércio internacional através da ampliação da exploração do trabalhador³⁵.

³³ Cabe aqui a ressalva de que a China acaba sendo uma exceção a esta verificação, provavelmente devido às dimensões colossais de seu mercado e a existência de um gigantesco exército industrial de reserva, disponível a baixos custos. A continuidade da exportação de capitais produtivos, ou seja, a continuidade na criação de filiais de produção, se mantém, sobretudo na medida em que esta forma de presença direta no mercado impõe-se em razão da dimensão do mercado e da importância estratégica regional do país (como são os casos da China e do Brasil), em razão da presença já antiga de rivais mundiais dos quais é preciso controlar as estratégias localmente, ou ainda da existência de oportunidades locais que não podem ser exploradas sem investimento direto. Mas, do contrário, os níveis de produtividade e as reservas de capacidade industrial dos países capitalistas centrais condicionam os grupos a preferir a exportação.

³⁴ “*Los tres mecanismos identificados – la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo – configuran un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva. Esto es congruente con el bajo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas en la economía latinoamericana, pero también con los tipos de actividades que allí se realizan*” (MARINI, 1973:40-41).

³⁵ “*Lo que aparece claramente, pues, es que las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir*

X Encontro Nacional de Economia Política

A formação econômica dependente que caracteriza as economias periféricas acaba fazendo com que, ao girar em torno do mercado mundial e dos centros do capitalismo, estas não tenham constituído de forma consolidada seus mercados internos, perpetuando o modelo colonial. O resultado disso é o não desenvolvimento de bases tecnológicas e, por consequência, o não surgimento das indústrias mais produtivas e também a necessidade da manutenção da superexploração do trabalho.

De acordo com Carcanholo, pode-se identificar três condicionantes histórico-estruturais da dependência: a deterioração dos termos de troca, a remessa de excedentes da periferia para os países centrais, e a instabilidade dos mercados financeiros internacionais (que pressiona as taxas de juros dos países subdesenvolvidos para níveis muito elevados, buscando a captação externa)³⁶.

Observa-se, no Brasil, que esta dependência faz com que se torne necessária a manutenção de um grande volume de ingresso de divisas, seja para subsidiar as importações ou para o pagamento de dívidas e remessa de lucros e dividendos de capitais externos que operam no país. Este ingresso de divisas assume a forma da necessidade de manutenção de um saldo na balança de pagamentos, da obtenção de empréstimos, ou do ingresso direto de capitais, seja investimento direto estrangeiro ou capital volátil de curto prazo. Esses mecanismos acabam por intensificar a transferência de valor centro-periferia. A quantidade de capital fornecida pelas economias dependentes, através das operações financeiras, cresce mais rapidamente que o saldo comercial. Isso resulta no fato de que as dívidas destes países aumentam a taxas crescentes independentemente do imenso montante desembolsado anualmente para o pagamento de juros, resultando numa dependência cada vez maior destas formas de financiamento e, portanto, da própria economia mundial.

O que ocorre é que as economias inseridas neste sistema totalizante, onde convivem necessariamente desenvolvimento e subdesenvolvimento, acabam optando pela via de ir até o fim na política própria do imperialismo, ou seja, aprofundar ainda mais as tendências que já se ampliam nas próprias metrópoles. Portanto, o que se constata é uma ofensiva sobre os trabalhadores, que se manifesta de maneira ainda mais perversa nos países periféricos, ofensiva esta que se aplica com o objetivo manifesto de se buscar o desenvolvimento.

el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redoblado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino mas bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, a través del recurso a una mayor explotación del trabajador” (MARINI, 1973:36-37).

³⁶ “De um ponto de vista esquemático, e correndo todos os riscos reducionistas deste tipo de procedimento, é possível identificar três condicionantes histórico-estruturais da dependência: (i) o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários com baixo valor agregado – vis a vis os preços dos produtos industriais importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores; (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão dos primeiros importarem capital dos últimos; (iii) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes” (CARCANHOLO, 2004:3).

V – Considerações finais

No início do século XXI, completos mais de 150 anos do lançamento do Manifesto do Partido Comunista e praticamente um século depois da revolução russa e das formulações acerca do imperialismo feitas por Lênin, a caracterização do sistema capitalista como parasitário e decomposto se mantém, e atinge níveis surpreendentes. Ao adentrar o novo século, o capitalismo permanece mergulhado em uma crise aguda, onde as respostas dadas pelo imperialismo vão se tornando cada vez mais violentas. Destacam-se neste contexto de um lado a ocupação “injustificada” do Iraque, as sucessivas tentativas de golpe de Estado promovidas na Venezuela e a ocupação do Haiti, e de outro, as pressões crescentes exercidas pelos organismos multilaterais em prol da desregulamentação das economias se mostram cada vez mais destrutivas, atacando além dos trabalhadores os próprios Estados Nacionais.

A generalização deste contexto de crise se clarifica ao se analisar os dados do desempenho do Brasil nos últimos dez anos. Na Grande São Paulo a taxa de desemprego verificada em 1994, 14,2% em junho, medida pelo Dieese e pela Fundação Seade, já em abril de 2004 foi de 20,7%. Em dez anos, a dívida pública saltou de 30% para 56,8% do PIB. Entre 1995 e 2002, foram perdidos na economia cerca de 2,6 milhões de empregos (FOLHA ONLINE, 27/06/2004). O rendimento médio real do trabalhador, que atingiu R\$ 725 em 96, caiu, ano a ano, até 2002, quando chegou a R\$ 636, segundo o IBGE, com base na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) daquele ano. Só na região metropolitana de São Paulo, a queda na renda do trabalhador foi de 33% entre 1995 e 2003 (de R\$ 1.384 passou para R\$ 928), segundo o Dieese. No ano em que o Real foi lançado, a renda do trabalho correspondia a 37,7% do PIB e em 2002, caiu para 31,4%. Já a do capital subiu de 39% para 43,2%, enquanto a do governo passou de 23,4% para 25,4% neste mesmo período (Fernandes & Rolli, 2004). Ao passo que em dez anos de nova moeda, o lucro líquido do setor produtivo foi 135,1% superior ao verificado em dezembro de 1994, as instituições financeiras tiveram uma expansão de 273,4% em seus lucros. O ganho conjunto dos dez maiores bancos teve crescimento de 1.039% em relação ao ano de 1994. Quanto à rentabilidade, os resultados continuam a apresentar discrepâncias, enquanto a taxa anual de retorno do setor produtivo não passou de um dígito entre 1994 e 2003 (média de 5,47%), o setor financeiro alcançou uma taxa de 14,95% no mesmo período (FOLHA ONLINE, 27/06/2004).

O que se percebe através da leitura destes dados é o fortalecimento do contexto de crise e de predominância do setor financeiro. Enquanto a economia como um todo demonstra um desempenho ruim, como por exemplo, uma baixa taxa de lucro para os setores produtivos, uma perda de mais de dois milhões de empregos, compressão dos salários e um crescimento significativo do montante da dívida pública; os bancos apresentaram desempenho excepcional. Esses são os resultados de uma década de abertura financeira e desregulamentação da economia.

Mediante uma trajetória analítica centrada no arcabouço teórico marxista, constata-se que a crise contemporânea e, por consequência, as tentativas de contrapô-la pelo próprio sistema, atualmente através de medidas que ficaram conhecidas como políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que espelha a atuação estrutural das leis de movimento do capital, revela que esta economia penetrou em um estágio de degeneração que coloca em xeque a própria manutenção da sociedade, em especial da classe trabalhadora e dos países periféricos. É neste movimento que os Estados Unidos buscam cada vez mais manter a posição de hegemonia, agora de forma mais militarizada, sobretudo após o incidente de 11 de setembro de 2001.

O Imperialismo Senil é então a marca da atual sociedade capitalista. A crescente superexploração do trabalho e ofensiva contra as nações, num momento em que o capital financeiro mais do que nunca atinge um grau de hegemonia inigualável, caracterizam a contemporaneidade. Entretanto, percebe-se a resistência por parte de trabalhadores e jovens, inclusive no seio da própria sociedade americana, onde a maior central sindical e boa parte dos sindicatos compõem uma iniciativa contra a guerra e contra a implantação da ALCA³⁷. No Brasil, percebe-se a resistência por parte da população à política do imperialismo, quando num plebiscito extra-oficial mais de 90% diz não à ALCA; quando em outubro de 2002 (nas eleições presidenciais) mais de 53 milhões votaram tendo como perspectiva uma mudança nas suas condições de vida, e mesmo diante de um governo que prossegue na agenda imperialista ainda resistem³⁸; quando a juventude realiza atos contra o envio das tropas brasileiras ao Haiti e em defesa do povo iraquiano; quando os servidores públicos decretam greve pela reposição salarial puxando palavras de ordem contra a “ditadura do superávit primário”; quando ainda ocorrem ocupações de terra, ou seja, a destruição da classe só não se aprofunda ainda mais porque há resistência. É apenas através desta resistência que se poderá modificar esta situação.

A derrubada das barreiras protetoras exigida pelos países imperialistas, ao passo que eles próprios não o fazem, mostra que o capital necessita de novas vantagens para poder se contrapor a tendência inerente da queda de sua rentabilidade. É aí que se encaixa perfeitamente o discurso da livre iniciativa, dos mercados auto-regulados, de que a economia opera em perfeita sintonia desde que o Estado não interfira.

A defesa do livre-comércio é a dos benefícios que ele traria para o conjunto das economias na

³⁷ Foi realizada em Dezembro de 2003, na cidade de São Paulo, uma Conferência Intercontinental contra a ALCA, convocada por 50 sindicalistas dos EUA e 50 sindicalistas brasileiros. Existe hoje nos EUA um movimento intitulado: *Make Jobs not War – Dump the War Makers!* (<http://www.uslaboragainstwar.org>).

³⁸ Nos dias 4 e 5 de Março de 2005 foi realizado na cidade de São Paulo o encontro “QUE O GOVERNO ROMPA COM O FMI”, exigindo sobretudo a fim dos assassinatos no campo e a realização da reforma agrária, com a presença de importantes representantes sindicais, partidários, do MST e estudantes - sob a base de uma convocatória de mais de 5 mil assinaturas incluindo a do próprio Plínio de Arruda Sampaio (responsável pela elaboração do programa de reforma agrária do governo). No encontro se dizia: “*Como na Venezuela: Reforma Agrária Já! Terra para os Sem Terra! O que é possível na Venezuela é possível no Brasil.*” Está programada uma grande marcha a Brasília para o final de Abril que englobaria grande parte dos movimentos de luta pela terra e outros setores importantes da sociedade.

medida em que cada uma se especializaria naquilo que tivesse vantagens, ou seja, fosse mais produtiva, de modo que o total de recursos e de trabalho despendido para a produção do conjunto das mercadorias seria menor. Deve-se considerar os argumentos de Marx e Engels³⁹, que demonstram que os ganhos obtidos na implantação do livre-comércio seriam apenas dos países que possuísem maior grau tecnológico (portanto maior produtividade), e que fariam apenas com que as contradições próprias do sistema do capital se demonstrassem mais claramente. Inclusive ocorreria uma ampliação do exército industrial de reserva e uma queda nos salários e na participação dos trabalhadores sobre a riqueza total, o que de fato se verificou na última década.

A necessidade de combater o imperialismo se torna ainda mais premente, pois ao afirmar que estamos na era do Imperialismo Senil, e com isso que o conjunto da classe trabalhadora está sendo destruída pela ofensiva do capital, se torna extremamente necessária a luta dos trabalhadores contra a implementação da Área de Livre Comércio das Américas e contra as medidas impostas (sob a tutela dos Estados Unidos) pela OMC e pelo FMI. O que ocorre atualmente é que o capitalismo já avançou o suficiente, no estado de degeneração da sociedade, para tornar explícitas suas contradições, de forma que não combater os avanços imperialistas significaria a própria destruição desta sociedade.

Aqueles que defendem as teorias de vantagens comparativas se esquecem que a concorrência se dá entre as empresas e não entre os países. Ao passo que a especialização em determinados ramos industriais, ao invés de garantir um equilíbrio nas trocas mundiais, reforça a existência das “trocas desiguais”. Da mesma forma, quando se coloca a dicotomia desenvolvimento e subdesenvolvimento como uma questão de estágios, ou seja, como antagônicos, e não como partes necessárias da própria dinâmica do capitalismo, na verdade está se mascarando a questão central. De fato, como demonstram as teorias marxistas da dependência, o subdesenvolvimento mundial não é superável através da “boa gestão” da política econômica, é parte integrante deste sistema, necessário para a sua própria manutenção.

Ao contrário do que se faz entender, o neoliberalismo não é diferente do próprio capitalismo, é a simples caracterização das atuais necessidades no sistema capitalista, a resposta que este busca para sua crise, manifesta na queda de lucratividade, principalmente a partir da década de 1980. Ou seja, as ditas políticas neoliberais não podem ser contrapostas pela simples modificação da gestão da política econômica dentro deste próprio sistema, diferentemente do que apontam iniciativas como as do Fórum Social Mundial. Hoje apenas iniciativas que se contraponham à própria lógica imperialista, na direção oposta à desregulamentação e garantia de total privilégio ao capital, como por exemplo, na Venezuela, a reforma agrária que já assentou mais de 120.000 famílias⁴⁰ e no dia 10 de Janeiro de 2005 teve assinado o decreto de “reorganização da propriedade do uso das terras agricultáveis”

³⁹ Para isso ver dois artigos: MARX, 1987 e ENGELS, 1987.

⁴⁰ O que se ponderado pela população equivaleria a mais de um milhão de famílias assentadas no Brasil, que é justamente o reivindicado pela comissão Plínio de Arruda Sampaio.

desencadeando uma onda de ocupações de terra, a manutenção e reforço do caráter público do controle sobre o petróleo, a expropriação em favor dos trabalhadores de empresas falidas⁴¹, tem alguma capacidade de resistência diante da atual ditadura do capital. Políticas estas que são aplicadas pelo governo venezuelano sob a intensa pressão e obrigado pelas circunstâncias do atual estado degenerescente do capitalismo no seu país e pela ação das massas⁴², a ir muito mais longe do que gostaria. Mas mesmo estas políticas têm um caráter limitado, e não podem se contrapor sozinhas ao próprio sistema do capital, à lógica da exploração e da desigualdade social. Entretanto, mesmo políticas limitadas e localizadas como estas são inaceitáveis para o centro hegemônico do capital. Por isso, os Estados Unidos ajudam a promover tentativas de derrubada de Chavez. Somente a resistência das massas na Venezuela permite ainda a sua permanência no poder, e somente a organização internacional dos trabalhadores pôde mantê-lo e forçar de modo generalizado os governos a irem mais longe do que gostariam, na via de ruptura com o imperialismo⁴³.

No Brasil esta via significa o rompimento com as dívidas externa e interna, a derrubada da ditadura do superávit primário, o rompimento com a agenda imperialista, ou seja, reversão das privatizações, reversão da exacerbada abertura da economia. Significa ter uma gestão que atenda às reivindicações da população. Isso resultaria na realização de uma verdadeira reforma agrária, no fortalecimento dos serviços públicos universais (como saúde e educação), na garantia de reajuste nos salários e na criação imediata de empregos.

Medidas de resistência como as que vem sendo adotadas pela Venezuela, só podem se manter e avançar se detiverem caráter internacional e forem sustentadas de forma organizada pela classe trabalhadora. Ou seja, sobretudo para as nações periféricas as alternativas às regras impostas pela OMC e pelo FMI são o enfrentamento direto ao próprio imperialismo, através do rompimento com a exploração causada pela dívida externa, com as imposições de “enxugamento” dos Estados Nacionais (principalmente através de ataque aos direitos dos trabalhadores: saúde, educação e previdência, dentre outros), com as pressões de integração econômica (acordos de livre comércio) e com as pressões, inclusive militares, como foi o caso do envio de tropas brasileiras para o Haiti, cumprindo um papel de auxílio direto à política dos países imperialistas.

Estamos num processo inacabado, ao contrário do que afirmam os ideólogos do capital, dizendo que estaríamos no fim da história. A caracterização da contemporaneidade é, como já referida, a mesma anunciada por Lênin, a de um capitalismo num estágio parasitário e decomposto, entretanto, de forma ampliada. A ofensiva sobre o conjunto da classe trabalhadora é atualmente marcante nos países centrais e periféricos. O subdesenvolvimento não apresenta qualquer perspectiva de superação. A economia mundial é mais do que nunca necessária como esfera completamente livre

⁴¹ No dia 19 de Fevereiro de 2005 o decreto 3438 expropria os bens da empresa de papelão Venepal falida pelos proprietários.

⁴² Em especial a União Nacional dos Trabalhadores (UNT), central sindical independente venezuelana.

⁴³ Recentemente (2004) foi realizado um plebiscito para a deposição de Hugo Chavez, no qual a sua permanência só foi assegurada pela grande mobilização popular capitaneada em especial pela UNT.

X Encontro Nacional de Economia Política

para a exploração do capital. É neste contexto que se reforça a necessidade de superação deste sistema excludente e inconseqüente, na medida em que ameaça inclusive ambientalmente o planeta.

Reforça-se então a necessidade da organização da classe trabalhadora enquanto “*classe para si*”, se reconhecendo como classe, o que ela só pode fazer através de suas organizações de classe, sindicatos e partidos. Pois só assim poderá se ter uma resposta positiva aos desdobramentos da crise do sistema capitalista, ou seja, à sua superação.

VI – Referências Bibliográficas

- AMIN, Samir. *O comércio internacional e os fluxos internacionais de capitais*. In: Imperialismo e comércio internacional. (A troca desigual) Global Editora (Coleção Bases N° 34), São Paulo, 1981.
- BALANCO, P; PINTO, E. & MILANI, A. *Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo*. IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, Anais (CD-ROM), 8 a 11 de junho de 2004.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. *A ALCA E O BRASIL*. IEA-USP. Março de 2003.
- BENJAMIN, César & RIBEIRO, Rômulo Tavares. *A Alca, o livre comércio e o futuro da América do Sul*. Projeto de Análise de Conjuntura Brasileira – Outro Brasil. Rio de Janeiro, maio de 2004. Disponível em: <http://www.outrobrasil.net>
- BUKHARIN, Nikolai Ivanivitch. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Os economistas)
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento*. Texto de circulação restrita (Versão Preliminar), 2004.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo. Xamã, 1996.
- _____. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Publicado originalmente em Les Temps Modernes, (n° 607), 2000. In: Revista Outubro n° 05, 2001.
- _____. *Los Estados-rentistas dominantes en un sistema capitalista mundial tendencialmente en contracción*. 2000-b. Disponible en <http://www.globalizacion.org>.
- COSTA, Edmilson. *A globalização neoliberal e os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo*. IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, Anais (CD-ROM), 8 a 11 de junho de 2004.
- EMMANUEL, Arghiri. *A troca desigual*. In: Imperialismo e comércio internacional. (A troca desigual) Global Editora (Coleção Bases N° 34), São Paulo, 1981.
- ENGELS, F.. *Proteccionismo y Librecomercio*. Tomado de *Die Neue Zeit*, año 6, cuaderno 7, julio de 1888. In: Obras Fundamentales de Marx e Engels: Escritos Económicos Menores. Fondo de Cultura Económica, México 1987. (Tomo 11)
- FOLHA ONLINE. *Petistas alertam governo para o risco de derrota nas eleições*. São Paulo. Jornal “Folha de São Paulo”, 07/04/2004. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folhaonline>
- _____. *Em dez anos de Plano Real, 2,6 mi ficam sem emprego*. São Paulo. Jornal “Folha de São Paulo”, 27/06/2004. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folhaonline>
- _____. *Empresas elevam lucro em 135%, e bancos, em 1.039% com Plano Real*. São Paulo. Jornal “Folha de São Paulo”, 27/06/2004. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folhaonline>
- _____. *Plano Real vence inflação, mas não a desigualdade*. São Paulo. Jornal “Folha de São Paulo”, 27/06/2004. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folhaonline>
- FERNANDES, Fátima & ROLLI, Claudia. *Conquistas sociais do Real não se sustentam*. FOLHA ONLINE. São Paulo. Jornal “Folha de São Paulo”, 27/06/2004. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folhaonline>

X Encontro Nacional de Economia Política

- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Siglo XXI Argentina Editores, 1976.
- _____. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento : repensando a teoria da dependência*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1980.
- GLUCKSTEIN, Daniel. *O Imperialismo Senil*. São Paulo. Comissão de Formação de O Trabalho, 1995.
- GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. México. Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo. Nova Cultural, 1985. (Os Economistas)
- JORNAL O TRABALHO. Órgão da corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores. São Paulo. <http://www.jornalotrabalho.com.br> (vários números)
- LÊNIN, V. I.. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Global Editora, 1979. (Coleção bases n° 23)
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os economistas)
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Serie popular Era, México, 1973.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização e Ciências Sociais*. IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, Anais (CD-ROM), 8 a 11 de junho de 2004.
- MARX, K.. *Fundamentos de la crítica de la economía política* (Grundrisse). La Habana. Instituto Cubano del Libro, 1971.
- _____. *Discurso Sobre El Problema Del Librecambio*. Fevereiro de 1848 (Sociedade Democrática de Bruxelas). In: Obras Fundamentales de Marx e Engels: Escritos Económicos Menores. Fondo de Cultura Económica, México 1987. (Tomo 11)
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo. Nova Cultural, 1988. (Os Economistas)
- MARX, K. & ENGELS, F.. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo. Edição comemorativa dos 150 anos do *Manifesto*. Comissão de Formação de O Trabalho, seção brasileira da 4ª Internacional. Maio de 1998.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Revista Outubro n° 04, 2000.
- _____. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria de transição*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.
- PALLOIX, Christian. *A questão da troca desigual uma crítica da economia política*. In: Imperialismo e comércio internacional. (A troca desigual) Global Editora (Coleção Bases N° 34), São Paulo, 1981.
- PREBISCH, Raul. *The economic Development of Latin America and its Problems*. Nova York, 1950.
- RAFFI, Jean-Pierre. *Depois do Fórum Social Mundial de Porto Alegre*. São Paulo. In: Revista A VERDADE: revista teórica da quarta internacional. N° 28, novembro de 2001.
- ROMO, Héctor Guillén. *Lecciones de Economía Marxista*. México. Fondo de Cultura Económica, 1988.
- SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de uma economia política marxista*. São Paulo. Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)
- TROTSKY, León. *El nacionalismo y la economía*. In: "Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economía de transición". Original: Fourth International (Cuarta Internacional), septiembre de 1945. Tomado de la versión publicada en Escritos, Bogotá, Tomo V, Vol. 1, Ed. Pluma, 1979. Disponible en: <http://www.ceip.org.ar>.
- TURRA, Julio. *O Fórum de Porto Alegre e seu significado para o movimento operário brasileiro*. São Paulo. In: Revista A VERDADE: revista teórica da quarta internacional. N° 28, novembro de 2001.
- VALENTINI, D. Demétrio. *ALCA: a quem interessa?* Jales, 13 de novembro 2002. (circulação restrita)